

## Vamos todos votar para Reitor!

A Assembléia da Adusp realizada em 25/8 ponderou ser esse um momento privilegiado na Universidade para tornar efetivo o debate das questões pautadas durante nosso movimento de data-base de 2009: democratização da universidade, carreira docente, ensino à distância, condições de trabalho e permanência estudantil, democratização do acesso à Universidade, defesa do caráter público da USP, e tantos outros. Com relação à estrutura de poder na USP, foram debatidas as iniciativas desenvolvidas historicamente pela Adusp e que estão sendo reavivadas neste semestre pelo processo sucessório na Reitoria da USP que deverá ocorrer nos meses de outubro e novembro.

As entidades representativas de funcionários, estudantes e docentes, desde as deliberações aprovadas em 1987 pelo III Congresso da USP, repudiam o processo sucessório inserido no Estatuto da universidade em 1988. Assim, os presentes na Assembléia, consideran-

do oportuno e necessário atuar politicamente com base em suas reivindicações históricas, deliberaram que a entidade promoverá uma votação entre os docentes, visando colocar em confronto as diferentes concepções de universidade no processo de indicação do novo Reitor. Decidiram ainda que a diretoria deveria contatar as entidades representativas de estudantes (DCE e APG) e de funcionários (Sintusp), buscando realizar esse processo de votação conjuntamente. Um primeiro encontro foi realizado na tarde de 3/9 e as três entidades contatadas irão encaminhar às suas instâncias deliberativas a discussão acerca da participação na consulta proposta pela Adusp. A proposta de criação de um comitê unificado pela democratização da USP, apresentada durante a reunião, também deverá ser avaliada pelas quatro entidades.

A próxima Assembléia da Adusp será realizada no dia 10/9, quinta-feira, com o objetivo de definir as regras

dessa votação: formato e conteúdo da cédula de votação; se e como serão ponderados os votos de estudantes, funcionários e docentes; que conjunto de questões será encaminhado aos candidatos a Reitor para posterior publicação de edição especial do *Informativo Adusp*; indicação de uma Comissão Eleitoral, e outras.

A diretoria da Adusp e as demais entidades participantes do Fórum das Seis têm consciência das enormes dificuldades que docentes, estudantes e funcionários terão de enfrentar para democratizar tanto a estrutura de poder quanto a vida acadêmica nas três universidades estaduais, de forma a implementar isonomicamente a gestão democrática, de acordo com o artigo 206 da Constituição Federal. Basta lembrar o autoritarismo manifestado pelo Cruesp durante as negociações de data-base. Na USP o processo sucessório da Reitoria é ainda mais antidemocrático do que na Unesp e na Unicamp. E nestes últimos me-

ses, temos vivenciado esse autoritarismo, por exemplo, na forma de encaminhamento da discussão da carreira docente, e de vários processos movidos pela Reitoria contra funcionários e estudantes envolvidos nas campanhas de data-base.

O tempo é curto para organizarmos todo o processo e o trabalho, imenso. Acredi-

tamos que uma votação organizada pelas quatro entidades da comunidade universitária da USP, envolvendo as candidaturas que se colocam na sucessão na Reitoria, com a presença massiva de estudantes, funcionários e docentes, é um instrumento importante na luta pela democratização da universidade!

### Deliberações da Assembléia da Adusp de 25/8/2009

#### Democratização da Universidade:

1. Realizar votação para Reitor, convidando as entidades de funcionários e estudantes a integrarem esse processo.
2. Realizar discussões nas unidades visando o detalhamento das regras para essa votação, a serem definidas em nova Assembléia da Adusp, a realizar-se em 10/9/2009.
3. Publicar edição especial do *Informativo Adusp*, com questões formuladas pela Assembléia do dia 10/9 a todos os candidatos a Reitor.

#### Carreira:

Verificar junto à nossa Assessoria Jurídica se é possível entrar com novo recurso administrativo ao Co, solicitando a anulação da votação de 4/3/09, tendo em vista que a ata da referida reunião foi aprovada na reunião de 25/8/09.

## Assembléia Geral da Adusp

**10/9, quinta-feira, 16h30, no Anfiteatro Adma Jafet (IF)**

**Pauta: sucessão na Reitoria, carreira docente e ação do gatilho**

# Reitoráveis opinam sobre a reforma da carreira

O Informativo Adusp encaminhou a todos os candidatos a Reitor(a) já lançados a seguinte pergunta: “Uma nova carreira está sendo votada desde o dia 4/3 no Co. O processo como um todo está sendo adequado? Houve espaço suficiente para discussão?” O único a não responder, apesar de insistentemente procurado para que o fizesse, foi o professor João Grandino Rodas (FD). A seguir, publicamos as respostas, dispostas por ordem de chegada à redação.

## **Glaucius Oliva (IFSC)**

### “O processo seguiu rito aberto e participativo”

A nova carreira docente está em discussão no Conselho Universitário desde Mar/2006, quando foi constituída Comissão Especial para estudar a reforma do Estatuto. Após consulta inicial às Unidades, 200 sugestões foram recebidas, organizadas e sistematizadas em quatro blocos temáticos, um deles sobre a carreira docente. No segundo semestre de 2007, propostas preliminares sobre cada tema foram apresentadas ao Co e submetidas às Unidades, e resultaram em 222 novas sugestões, 130 das quais referentes à carreira docente. Estas sugestões foram novamente sistematizadas e apresentadas em 9 audiências públicas realizadas em Junho e Agosto/2008, em todos os *campi* da USP, amplamente anunciadas e abertas a toda comunidade universitária. Sugestões colhidas nestas audiências foram incluídas na proposta da Comissão Especial e finalmente encaminhadas ao Co para apreciação. Em 2/12/08 o tema foi apresentado em plenário, e após longa discussão, foi retirado de pauta para apreciação mais detalhada pelas Unidades, retornando finalmente para votação três meses depois, em 4/3/09. Minha impressão é que o processo seguiu rito aberto e participativo, com ampla oportunidade de discussão.



entendeu que deveria novamente ser encaminhada às Unidades para nova apreciação e discussão. A proposta final consolidada retornou ao Co em março deste ano sendo votada e aprovada. O processo me pareceu bem adequado por dar várias vezes condições às Unidades universitárias para se manifestarem sobre o tema. No momento estamos no aguardo da metodologia e dos indicadores gerais necessários à progressão nos níveis da carreira, que complementam e regulamentam a proposta.

## **Sylvio Barros Sawaya (FAU)**

### “A decisão deverá ser reconsiderada”

Os aspectos da carreira votados na sessão do Co no dia 4 de março de 2009 constituem um pormenor de uma questão mais ampla, ou seja, da carreira em si. Os trabalhos da Comissão de Reforma do Estatuto consideraram outros aspectos, como por exemplo a sugestão de haver o professor pleno, tendo sido encaminhada ao Co apenas a proposição em questão.

Julgo que a consideração de todos os aspectos da carreira em conjunto é básica e deverá ser contemplada em uma reestruturação e atualização dos estatutos, integralmente, no prazo mais rápido. A decisão havida deverá ser reconsiderada tendo em vista a proposição inclusiva que trata de todo Estatuto.



## **Armando Corbani Ferraz (IF)**

### “O processo me pareceu bem adequado”

Após a constituição da Comissão do Conselho Universitário para conduzir os estudos e propostas referentes a reformas do Estatuto, no início de 2006, a readequação da carreira docente sempre esteve presente. Este tema começou a ser discutido efetivamente a partir do segundo semestre de 2007 através de sugestões das Unidades à Comissão e também pelas audiências públicas nos vários *campi* em meados de 2008. Uma proposta da Comissão foi levada no final de 2008 ao plenário do Conselho Universitário, que



## **Wanderley Messias da Costa (FFLCH)**

### “É desejável propiciar tempo hábil para as congregações”

Como está explícito no meu texto-programa, defendo como princípio geral que qualquer proposta de alteração de carreira que afete o corpo docente ou os servidores técnico-administrativos da universidade deve, desde a sua concepção e formulação, ser exaustivamente discutida com os seus representantes institucionalizados, isto é, as entidades



sindicais e os seus respectivos representantes nos órgãos colegiados.

No caso específico do atual projeto parcialmente aprovado pelo Conselho Universitário no âmbito do processo de Reforma dos Estatutos, considero que o mesmo contém aspectos positivos, especialmente porque propiciará a adoção de um mecanismo que tem condições de aliar adequadamente um processo de avaliação periódica de desempenho acadêmico dos docentes à possibilidade de que o seu resultado se reflita na melhoria da sua remuneração. E isto, sem afetar a progressão vertical em vigor.

Por isso, é sintomático que a Adusp e algumas congregações tenham externado discordâncias ou feito reparos a aspectos do projeto, tendo em vista sobretudo a sua complexidade intrínseca. Dentre outros, destaco o desafio de obtenção de consenso em torno da escolha dos critérios e do mecanismo operacional dessa avaliação periódica (ainda não votados). Em suma, é de todo desejável propiciar condições e tempo hábil para que as congregações e os representantes do corpo docente possam contribuir do melhor modo possível para o aperfeiçoamento de um projeto dessa relevância.



**Francisco Miraglia (IME)**

## “O processo está e esteve longe de ser adequado”

O processo está e esteve longe de ser adequado. Tenta-se modificar a carreira sem ampla discussão com os principais envolvidos, os docentes da USP, tendo sido votada no Co sem debate sério acerca dos critérios de progressão entre os níveis propostos.

Além disso, a proposta obteve, de forma irregular, votação mínima no Co — até o parecer da CJ da Reitoria concorda com esse ponto — pois o representante dos MS-2 há tempos obtivera o título de Doutor.

Esse episódio é mais um testemunho da necessidade urgente de democratização profunda da estrutura decisória hoje vigente na USP, que possibilita a implantação de medidas que não são do interesse do desenvolvimento das funções primordiais da universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão.

Aproveito para registrar mais dois pontos: 1) considero inadequado misturar alteração estatutária da carreira acadêmica com acenos de reajustes salariais; 2) a carreira docente deve basear-se em títulos acadêmicos obtidos em sessões e/ou concursos públicos e não na decisão de comissões de caráter fechado ou sigiloso.

**Ruy Alberto Corrêa Altafim (EESC)**

## “As decisões podem ser oportunamente aperfeiçoadas”

A carreira docente é aspecto fundamental para o adequado andamento das atividades essenciais da Universidade. Por esta razão, o assunto deve estar constantemente na pauta das discussões das várias instâncias de nossa comunidade. O que vem sendo discutido no Co é resultado de um trabalho cuja abrangência pode, a qualquer tempo, ser questio-



nada, como é costume em nosso meio. Contudo, as análises nos diversos segmentos devem ser permanentes e propostas necessitam estar bem definidas para que, quando a temática emergir e os colegiados, por meio de suas representações, buscarem decisões, o claro posicionamento dos segmentos envolvidos seja possível em quaisquer intervalos de tempo. O dinamismo da Academia supera o que se pode medir pela duração dos eventos processuais que conduzam a esta ou àquela conclusão. A discussão deve permanecer, as decisões podem ser oportunamente aperfeiçoadas intensificando-se a participação, na busca de novas soluções para tudo o que compõe nossa Universidade.



**Francisco de Oliveira (FFLCH)**

## “Não houve a suficiente discussão sobre a carreira”

A meu ver, não houve a suficiente discussão sobre a carreira docente. Isto fundamenta a necessidade de ampliar a democratização da USP. Tudo se passa intramuros, como se essa questão não interessasse ao conjunto da sociedade. É preciso que a USP saia de seus *campi*, para que a sociedade volte a interessar-se por ela.

**Sônia Penin (FE)**

## “A proposta chegou para apreciação de forma segmentada”

Parto do pressuposto de que uma carreira deve estimular as pessoas a enfrentarem os desafios que acompanham a trajetória em uma profissão, enriquecendo-a e também à instituição à qual pertencem. Assim, uma carreira refere-se a um projeto institucional, no caso da universidade, relacionado à sua função social. Mudanças na carreira devem explicitar o seu significado e sentido político.

Entendo que a proposta de mudança na carreira em questão chegou para apreciação de forma segmentada — procedimentos, depois critérios — o que dificultou uma análise de conjunto. Além disso, o tempo concedido de volta às unidades para discussão foi exíguo e em tempo de férias. Muitos professores que não estiveram nas reuniões de janeiro sentiram-se prejudicados. Um tempo maior no início das discussões e a apresentação não fragmentada do processo como um todo contemplariam os pressupostos acima e tornariam menos tenso e mais legítimo todo o caminho até aqui perseguido.



**Fotografias: Daniel Garcia**

# Congregações adiam debate sobre nova carreira

*Assunto está sub judice, argumentam Poli e ICB.  
Outras unidades pedem prazo mais dilatado*

**D**iversas congregações decidiram adiar o debate sobre os critérios de progressão horizontal na nova carreira docente, aprovada em 4/3/09 pelo Conselho Universitário (Co), mas tornada sem efeito por liminar concedida pela 7ª Vara da Fazenda Pública. O prazo fixado pela Comissão de Atividades Acadêmicas (CAA) para que as congregações se pronunciassem sobre os critérios, 31/8 (vide *Informativo Adusp* 289), foi considerado exíguo.

A Escola Politécnica (EP) e o Instituto de Ciências Biomédicas (ICB) levaram em conta, ao optar pela postergação, o fato de que o assunto é objeto de contenda judicial. “Eu não incluí na pauta da congregação. Não foi discutido. Eu tinha uma pauta muito pesada e como o assunto está ainda *sub judice*, não foi incluído”, informou o professor Ivan Falleiros, diretor da EP. Não há previsão de quando esse tema deve voltar à pauta, segundo o diretor.

A Congregação do ICB, por sua vez, considerou, na reunião de 26/8, que a discussão foi insuficiente, que há dubiedades na resolução aprovada em 4/3, que o prazo concedido era curto, e, por fim, que se tratava de uma questão *sub judice*. Por sugestão do próprio diretor da unidade, professor Rui Curi, uma plenária aberta a todos os docentes do ICB deverá acontecer nos próximos quinze dias, para discutir tanto o novo formato da carreira quanto os critérios encaminhados pela CAA. Nova reunião da congregação está marcada para 30/9.

O professor Moacyr Aizentein relatou que o prazo indicado pela CAA gerou indignação

entre os professores da unidade. “O professor Luiz Roberto Britto apresentou as propostas de como serão realizadas as avaliações, com prazo exíguo [para resposta], até 31/8. Ficamos indignados, achamos que nem tínhamos discutido se deveria haver essas mudanças. Teve muita gente contrária a se estabelecer já os critérios”. Segundo o professor, “mesmo as pessoas que acham que deve haver essa ascensão [a progressão horizontal], acham que tem que ser mais discutido”.

## Retirada

A Congregação da ECA, que realizou sessão extraordinária em 2/9, aprovou por unanimidade a produção de um documento que aponta as fragilidades da nova carreira, bem como das minutas enviadas pela CAA, e pede que a reforma seja retirada da pauta do Co e que o assunto seja rediscutido pela comunidade uspiana. Tal documento deverá ser encaminhado ao Co.

Durante a reunião, a representação discente propôs que a matéria fosse retirada da pauta, em razão de estar *sub judice*. Tal questão de ordem não chegou a ser apreciada, pois diversos docentes, e também o representante dos funcionários, questionaram a reforma, evidenciando a insuficiência das discussões e a necessidade de um posicionamento da ECA.

Os membros da congregação problematizaram o intuito das várias gradações dentro da carreira docente; a forma como dar-se-á a passagem do modelo atual de progressão para o novo modelo; e a possibilidade de os critérios propostos favorecerem o produtivismo. A representação discente atacou o andamento excessivamente centralizado, e ao mesmo tempo conturbado, da reforma: “O debate democrático e amplo da matéria ainda não foi realizado”. Foi criticada, ainda, a vinculação de estrutura de poder e estrutura funcional que a reforma mantém.

## Prazo maior

No Instituto de Psicologia, a congregação se posicionou contrária à reforma da carreira, mas, se não houver como fazer retroagir a decisão, é favorável às bancas de avaliação, em detrimento dos pareceristas *ad hoc*. No Instituto de Física, a congregação entendeu que não houve tempo para avaliar a proposta, e sugeriu o adiamento da discussão até a reunião seguinte, em 15/9.

Também o Instituto de Matemática e Estatística (IME) decidiu, em 27/8, solicitar mais tempo para o debate: “Por acúmulo de tópicos internos a decidir e, inclusive, pelo adiamento do início do semestre letivo, a Congregação do IME não teve tempo hábil para realizar a discussão sobre a carreira docente. Neste sentido e pela importância do tema para o funcionamento da universidade, encaminhamos solicitação à Reitoria da USP para que haja ampliação do prazo de discussão desse assunto nas uni-

dades”, diz a resolução votada pela congregação.

A Congregação da FFLCH expressou desaprovação à nova carreira, bem como aos prazos impostos pela Reitoria na condução da reforma: “Mesmo diante do fato consumado, a Congregação da FFLCH da USP manifesta-se contrária ao novo formato da carreira docente e critica sua votação prematura pelo Co, considerando que não foi atendida a solicitação de várias unidades para postergá-la. As discussões ocorridas nos diferentes *campi* não foram suficientes nem para a proposta da nova carreira chegar àquela altura ao conhecimento de todos os docentes diretamente envolvidos nem para dirimir dúvidas e questionamentos que persistem até hoje”, afirma texto aprovado na reunião de 20/8.

## Bancas

O processo de votação adotado no Co também foi objeto de crítica da FFLCH, pois “segmentou numa primeira etapa a votação da carreira e numa segunda etapa os procedimentos e critérios para a avaliação”, portanto “comprometeu o necessário discernimento sobre a matéria que foi votada”.

Por outro lado, prossegue a manifestação, a FFLCH não se exime de tomar uma posição a respeito das duas propostas apresentadas sobre os procedimentos e critérios de avaliação. Assim, a congregação “votou pela proposta de bancas, por se fundamentar nos princípios de publicidade e transparência e por defender a descentralização da avaliação, cujo processo deverá ser coordenado pelas unidades”.

## Adusp apresentará à Reitoria petição contra votação de 4/3/09

Após vários meses, foi finalmente aprovada, em sessão do dia 25/8, a ata da reunião do Conselho Universitário (Co) de 4/3, em que se deliberou a reforma da carreira. Dado o reconhecimento, em ata, da flagrante irregularidade da participação do representante dos mestres, já doutor havia 17 meses, decidimos entrar com uma peti-

ção junto à Reitoria, reque-rendo a anulação da referida deliberação. Cabe lembrar que a reitora Suely Vilela impediu, de forma autoritária, que nosso recurso administrativo fosse discutido pelo plenário do Co (*Informativo Adusp* 290).

Sabemos que tramitam também na Unicamp e na Unesp projetos de reforma da carreira docente. Dado

o alto impacto que tais reformas têm sobre as condições do trabalho docente e sobre a própria concepção de universidade pública de qualidade, estamos dirigindo aos reitores uma interpelação a respeito de quais critérios isonômicos estão sendo considerados para as reformas das carreiras nas três universidades públicas paulistas.

# Docentes do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas reiteram seu repúdio à reforma da carreira

As mudanças que a Reitoria pretende introduzir na carreira docente da USP, se efetivadas, criarão “ritos de iniciação contínuos”, que “prolongam indefinidamente a minoridade dos docentes”, além de “instalar aparelhos de controle manipulatório de vidas, pensamentos e liberdade de criação, abrindo portas a toda a espécie de injustiças”. Essas considerações constam de um documento dos docentes do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH, reproduzido na íntegra, a seguir:

“Os professores do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, reunidos na tarde de 3 de agosto do corrente ano, para discutir as minutas que tratam de definir os critérios e os procedimentos para a avaliação de progressão na carreira docente, manifestaram-se da seguinte maneira:

1. Coerentes com a posição assumida na reunião departamental de 12 de dezembro de 2008, na qual se posicionaram contra a reforma docente proposta pela Reitoria, os professores do DLCV reiteram seu repúdio à mesma, tendo em vista o teor e a maneira pelos quais foi e continua a ser encaminhada. Quanto ao teor, torna-se cada vez mais patente que as alterações sugeridas não servem à consecução dos objetivos que dizem visar, isto é: promover a evolução, a fluidez e a justiça na progressão da carreira docente. Ao contrário, o que tais alterações fazem é: a) criar ritos de iniciação contínuos, que na prática prolongam indefinidamente a minoridade dos docentes; b) burocratizar e compartimentar o fluxo de

progressão da carreira; c) instalar aparelhos de controle manipulatório de vidas, pensamentos e liberdade de criação, abrindo portas a toda a espécie de injustiças. No que se refere ao encaminhamento dessas alterações, reafirmamos nosso ponto de vista quanto ao aqodamento com que foram propostas e aprovadas, dispensando a indispensável discussão com o conjunto da Universidade. É gravemente inadequado que se proceda dessa maneira.

2. As atuais propostas de critérios de avaliação para a progressão na carreira docente, sobre as quais solicitam que nos manifestemos, são encaminhadas com o mesmo aqodamento, no momento em que a proposta de reforma da carreira encontra-se suspensa pela Justiça, por força de mandados de segurança.

3. Examinadas e discutidas, as propostas de critérios de avaliação mostram que tratam apenas de dar feição prática e consumada ao caráter nocivo das medidas iniciais. Rigorosamente, só uma diferença as separa: a primeira propõe avaliação secreta por pareceres, ao passo que a segunda propõe avaliação presencial por meio de bancas examinadoras. No entanto, a primeira patenteia mais clamorosamente que a segunda o espírito que rege todo o processo. Salta à vista que defender a avaliação por pareceres de autoria sigilosa significa ignorar profundamente o que seja a Universidade, confundindo-a com ‘agência de fomento’. Mais: ao proclamar que ‘a transparência é total’ (p. 70) o texto zomba da inteligência dos interlocutores, ofendendo-

os. Igualmente condenável é a desqualificação sistemática e cabal do sistema de bancas, utilizado pela universidade para a concessão de títulos e mudanças de nível na carreira desde sua fundação. Sugere-se, entre outras coisas, que a avaliação presencial, por banca, não permite ‘a análise mais cuidadosa e detalhada de todos os aspectos da carreira docente’ (p. 70); que seriam recorrentes as ‘falhas de julgamento’ nas bancas, marcadas pelo ‘viés e a dificuldade de avaliação que tipicamente acompanham a avaliação por bancas presenciais’ (p. 71); que ‘as bancas presenciais têm uma tendência universal à aprovação, especialmente em se tratando de avaliação por colegas que atuam em mesma área de conhecimento’ (p. 71). Ora, para defender um método de avaliação, desqualificam-se os métodos tradicionalmente empregados, lançando suspeição sobre todos os processos de ingresso, avaliação e progressão na carreira atualmente existentes na Universidade. Acrescente-se ainda a incongruência entre a alegada ‘transparência total’, a respeito do processo de avaliação por pareceristas, e o parecer da Consultoria Jurídica que indica inconsistência jurídica no que se refere ao sigilo da identidade

de dos assessores *ad hoc*. Afirma a procuradora chefe: ‘Evidente, no caso de pedido de reconsideração, as identidades podem, ou devem, ser reveladas, pois, findo o processo, não há que se falar mais em independência, mas sim em garantir o amplo direito de defesa, que encerra aí, nessa fase, o conhecimento dos nomes dos próprios pareceristas, se for solicitado’. Ou seja, parece haver incompatibilidade entre o sigilo da identidade dos pareceristas e o princípio do amplo direito de defesa.

4. A segunda proposta de avaliação, ao contemplar as bancas presenciais, embora não apresente tantos problemas, não nos satisfaz, pois visa igualmente a consagrar todo esse processo que, no seu teor, no seu encaminhamento e nos seus desdobramentos constitui-se em grave regressão. A reforma docente, tal como concebida, serve apenas para alargar ainda mais o fosso que se cavou entre os grupos dirigentes e o corpo vivo da Universidade.

5. A prova cabal de que a reforma docente não merece nossa aprovação pode ser colhida no documento lido e discutido. As duas propostas de avaliação contêm um artigo com a mesma redação,

qual seja: ‘Anualmente, a COP incluirá na proposta orçamentária dotação ao atendimento das despesas com a progressão na carreira docente’ (Art. 16, na p. 69, da primeira proposta; e Art. 18, p. 80, na segunda). Não está claro se essa proposta orçamentária será feita no âmbito de cada unidade, nem há definição ou compromisso de que essa dotação corresponderá de alguma forma à demanda potencial de solicitações de progressão em cada unidade; se corresponder apenas a uma fração da demanda, qual seria essa fração? Na prática, pode haver solicitações de mudança de nível aprovadas no mérito, mas que não poderão ser atendidas por falta de dotação orçamentária? Nesse caso, quais os critérios de prioridade para atendimento das várias solicitações aprovadas no mérito? Ainda que o processo de avaliação fosse totalmente transparente, o documento não é de forma alguma transparente na indicação do modo como as solicitações aprovadas no mérito serão atendidas. Esse é um problema crucial e que remete à falta de clareza e transparência que desde o início marcou o processo de mudança de carreira aprovado pelo Conselho Universitário.”

## Contratos precários: ainda há casos remanescentes

Considerando que a gestão da professora Suely Vilela está quase se encerrando, cabe lembrar seu compromisso, em audiência com a Adusp, de dar claros para as unidades que manifestassem interesse em

manter em seus quadros docentes não indicados na Sexta Etapa do processo de despreciação (*Informativo Adusp* 275). Embora esse processo tenha efetivado um grande número de professores, é necessário que

as unidades tomem providências no sentido de garantir os claros dos docentes não indicados. Afinal, a instituição é a única responsável pela situação irregular em que se encontram esses professores.

# Ação do gatilho: Adusp promove reunião de esclarecimentos

A ação do gatilho tramita desde 1990 contra a USP e foi motivada pela não efetivação de reajustes salariais em 1987, previstos na legislação da época cada vez que a inflação atingisse o patamar de 20%, conhecidos como “gatilhos”. A ação teve sentença definitiva favorável em 2001 e desde então as sucessivas gestões da Reitoria buscaram retardar sua execução.

A Adusp promoveu, no dia 3/9/2009, uma reunião de esclarecimentos sobre o andamento da ação do gatilho, com a presença dos advogados Ana Luisa Simoni Pagani-

ni, José Roberto Manesco e Fernando Leister de Almeida Barros, que acompanham o caso.

Foi feito um breve relato histórico da ação e foram dadas informações sobre o estágio atual do processo. Os advogados esclareceram, respondendo a questões dos presentes, que todas as medidas legais cabíveis, no sentido de agilizar o processo, estão sendo tomadas. Os representantes da Adusp ressaltaram a necessidade de que, ao lado das medidas jurídicas, haja ações políticas visando a execução da sentença. Al-

guns colegas sugeriram que se discutisse a possibilidade de uma negociação com a Reitoria acerca do pagamento da ação e mencionou-se que qualquer decisão sobre isso teria que ser tomada por uma Assembléia da Adusp.

Muitos dos presentes fizeram críticas contundentes à atuação da Reitoria no processo e várias sugestões foram apresentadas. Além de buscar obter a opinião dos reitoráveis sobre o assunto, a reunião avaliou positivamente a realização de uma audiência sobre a ação do gatilho entre os interessados e a Reitoria.

Américo Kerr



Aspecto da reunião, no auditório Jacy Monteiro (IME)

## Docente vê falhas na UBAS de São Carlos

A demora na autorização, pelo Departamento de Saúde, para realização de exames solicitados em São Carlos por especialistas, incomoda os docentes da USP que precisam recorrer ao ambulatório médico (UBAS) daquele campus. O professor Esmerindo de Souza Bernardes (IFSC) entrou em contato com a diretoria da Adusp para queixar-se de que exames com algum nível de complexidade requerem essa autorização, que “leva até quatro dias” para sair, em alguns casos.

“Exames simples, como os de sangue e urina, as próprias atendentes e enfermeiras já liberam. Exames mais complexos precisam ser autorizados em São Paulo, e aí é que está o problema. Há poucos laboratórios em São Carlos e não temos cobertura fora da cidade. Isso acarreta uma dificuldade em agendar os exames, porque a demanda normal já é alta”, diz o professor. Segundo Bernardes, a demora nas autorizações acarreta duas a três semanas de espera adicional.

Outro problema apontado pelo professor no atendimento da UBAS diz respeito à privacidade: “Às vezes você tem que conversar sobre o exame que está encaminhando na frente de todo mundo. Poderia haver cuidado maior. Pode ser despreparo, porque as pessoas são bem-intencionadas”, ressalva Bernardes.

Ele lamenta, ainda, que os docentes não possam recorrer ao Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto (HCRP), a apenas uma hora de São Carlos, para consultar especialistas, da mesma forma que recorrem ao Hospital Universitário (HU), em São Paulo.

### “Filtragem”

A chefe de seção Cristina Trofino, responsável pela UBAS, informa que o prazo para liberação de exames é de três dias úteis. No seu entender, é uma cautela necessária: “Isso não é um plano de saúde, é um benefício”. Nos casos urgentes, porém, a UBAS procura “liberar o mais rapidamente possível” os exames, bem como agili-

zar o agendamento de consultas no HU. Quanto à privacidade, Cristina contesta o professor: “A gente tem esse cuidado, sim. Procura chamar as pessoas para uma sala reservada”.

O médico Walter Fernandes, diretor do Departamento de Saúde, declara que é preciso controlar os exames solicitados: “Existem muitos artifícios, distorções. A gente faz filtragem disso”. “Normalmente libero os exames de um dia para o outro, por e-mail, 72 horas é o prazo máximo”, sustenta o diretor. “Algumas autorizações já são prévias. Por exemplo: uma gestante fará três consultas e três ultrassonografias. Se precisar de um ultrassom que foge dos parâmetros, aí sim a unidade faz um pedido para São Paulo”.

Não há contrato entre o Departamento de Saúde e o HCRP, explica Fernandes. “Não nos propomos a substituir o sistema de saúde vigente”, mas sim “a complementar, dentro das possibilidades”.

## Fórum das Seis cobra de deputados mais recursos para a educação pública

No dia 1º de setembro aconteceu, na Assembléia Legislativa, a última audiência pública sobre a Lei Orçamentária (LO) para 2010. Estiveram presentes à audiência representantes dos mais variados movimentos da sociedade civil pleiteando recursos para moradias populares, recuperação dos salários dos professores da educação básica e os benefícios de seus aposentados, expansão do ensino superior público, ampliação da rede do Metrô para a periferia, entre diversas reivindicações.

Várias entidades do Fórum das Seis compareceram à audiência para cobrar dos deputados uma atitude republicana de autonomia do legislativo face às pressões do executivo. Nesse sentido, instaram os

deputados a apresentarem emendas à LO, indicando transposições orçamentárias que endossem as conquistas obtidas na votação da LDO/2005, vetadas pelo então governador Geraldo Alckmin. Ou seja, pleitearam o aumento para 10% do repasse da quota-parte do ICMS para as universidades, 1% da quota-parte do ICMS para o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps) e aumento do total de recursos vinculados à educação no Estado, em todos os níveis, de 30% para 31% da receita de impostos.

O Fórum das Seis continuará atento ao andamento da construção da Lei Orçamentária para 2010 ao longo dos próximos meses.